



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

## **A TRANSFOBIA COMO FATOR DIFICULTADOR DA PERMANÊNCIA DAS PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO AMBIENTE ESCOLAR**

Sayonara Oliveira Andrade Elias

Universidade Federal do Sul da Bahia- sayonarappger@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo buscará conexões teóricas entre a transfobia e a evasão escolar por parte das pessoas travestis e transexuais, propondo um debate acerca das mais variadas dificuldades e violências, como processo de repressão e controle social que delimitam quais são os comportamentos tidos como corretos e coerentes para os papéis de gênero, surgindo da noção biologizante que patologiza as identidades trans. Neste sentido, abordar-se-á desde o conceito de transexualidade até os aspectos desconectados da garantia de direitos e promoção de equidade ao respeito das diferenças dentro das instituições de ensino, como também, como maneira de minimizar a hostilidade do ambiente escolar e consequentemente o número de transexuais e travestis que não ingressam na escola ou não permanecem estudando. A pesquisa realizada foi de cunho teórico, através de revisão bibliográfica, cujo principal objetivo foi suscitar reflexões que possam contribuir para obter uma possível solução para a problemática supracitada.

**Palavras-chave:** Transfobia, evasão escolar, espaços de diálogo.

A conceituação acerca do gênero se deu em meados do século XX, com as observações de Money (1955) que aponta gênero como o grupo de características determinadoras das particularidades sociais existentes entre mulheres e homens, desvinculando-o assim do sexo biológico e afirmando que, ocasionalmente, as pessoas nascidas com determinado sexo podem não corresponder às expectativas sociais que lhes foram impostas. Assertiva essa que é ratificada por Scott (1995), ao definir gênero como uma parte que colabora a construção das relações sociais baseada nas diferenças percebidas entre os sexos, tornando-o, assim, relacional e político.

Ainda com tais concepções, a legislação brasileira utiliza em suas normas o sexo biológico como parâmetro, o que consequentemente gera sofrimento e negação de direitos básicos aos transexuais e travestis do Brasil, dentro dos mais variados espaços (JESUS, 2010).

Partindo desse pressuposto, destaca-se a urgência de se adotar estratégias discursivas, por meio das instituições de educação básica, que distanciem as noções morfológicas e rígidas acerca da identidade de gênero como maneira de minimizar a hostilidade do ambiente escolar e, consequentemente, o número de transexuais e travestis que não ingressam na escola ou não permanecem estudando, visto que



inserir esses espaços de diálogo auxilia na conscientização do corpo estudantil e conseqüentemente no sentimento de pertencimento e acolhimento das pessoas travestis e transexuais, conectando-se assim a garantia de direitos e a promoção de equidade ao respeito às diferenças (BICALHO, 2016).

A metodologia utilizada foi análise da bibliografia sobre a temática ao longo da construção do artigo. Primeiramente, se faz necessário compreender a diferença entre o conceito de transfobia que comumente é confundido pelo senso comum com a homofobia. A homofobia é a atitude de hostilidade contra homossexuais, bissexuais e lésbicas. É a intolerância direcionada àqueles indivíduos que possuem, supostamente, divergente da heterossexual. A transfobia, consiste no preconceito e/ou discriminação em razão da identidade de gênero de pessoas transgêneros, travestis e transexuais (JESUS, 2012).

Tanto a homofobia quanto a transfobia podem se manifestar de diversas formas, recaindo sempre sobre os indivíduos considerados “anormais” através dos discursos culturais heteronormativos.

Portanto, defende-se que é necessária a inserção de proposições para a inserção dos temas diversidade de gênero e orientação sexual nos espaços escolares

bem como incluir e dar possibilidade de continuar a estudantes na escola cuja orientação sexual destoa da heterossexual.

De acordo com Peres & Toledo (2011), a transexualidade é apontada como a não identificação com o genital biológico e com as atribuições socioculturais. Harry Benjamin (1966), por sua vez, já havia determinado que o desejo pela cirurgia de redesignação sexual seria um dos critérios que definem um(a) transexual, o que atualmente compreende-se como uma violência institucional, visto que há pessoas transexuais e travestis que por diversos motivos não possuem disforia com os seus genitais e/ou não desejam se submeter a essas cirurgias e que este fato não as tornam cisgêneras (JESUS, 2010).

Para Arán (2006, p. 50), em contrapartida, a transexualidade se define como o forte sentimento de não pertencer ao sexo biológico, sem a presença comprovada de distúrbios delirantes e sem bases orgânicas<sup>1</sup>.

Falar de sexualidade é também se referir à produção dos saberes que a constituem aos sistemas de poder que regulam suas práticas e às formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos sexuados. Em outras palavras, sexo –homem, mulher – não é um simples fato ou uma condição estática, e sim

<sup>1</sup> Como anomalias endocrinológicas ou hermafroditismo.



“uma construção ideal forçosamente materializada através do tempo (ARÁN, 2006, p. 51).

Ainda hoje as identidades trans são patologizadas, sendo consideradas como transtorno de identidade sexual pela 10ª edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2018). O que, de acordo com Cassal, Monteiro e Bicalho (2011), a partir da noção da transexualidade como um distúrbio mental há um forte instrumento de controle social sobre os corpos dos(as) transexuais e travestis.

Uma vez que, ao considerar as identidades de gênero que não se encaixam nas atribuições socioculturais que lhes foram designadas, como doença, criam-se instrumentos para corrigir essas diferenças, como cirurgia, terapia hormonal e acompanhamento psicológico e psiquiátrico, para somente assim poder validar essas identidades, visto que, ao seguir essa noção biologizante e patologizante, as experiências, particularidades e vivências identitárias de cada indivíduo (JESUS, 2010).

Foucault, em 1976, investigou de que maneira as “verdades absolutas” constituídas através do controle social ocasionariam práticas repressivas contra as

manifestações e discursos tidos como incoerentes, criminalizando-as, uma vez que, quem não segue o que foi socialmente estabelecido torna-se um infrator, que irá ter sua existência negada e sofrer duras represálias, reservando-lhe um lugar inferior dentro da sociedade. (BICALHO, GERALDINI, MAGALHÃES, & CASSAL, 2012).

A transfobia, para Abílio (2016), conceitua-se como a discriminação contra as pessoas transexuais e travestis. É o tratamento desigual direcionado à essa parcela da população. Ela, geralmente é motivada por ódio e não se restringe a violência psicológica, mas também pela física, dado os altos índices de agressão e assassinatos de pessoas trans no Brasil.

A educação básica, além de ser um momento fundamental para a formação acadêmica dos indivíduos, tem um importante papel na constituição do senso social dos seus estudantes. A escola, sendo como qualquer outro espaço social, é formada por diferentes pessoas, com diversas vivências e ideais, sendo assim um ambiente que produz discursos sobre gênero e sexualidade, reforçando ou não os que são disseminados fora dos seus muros (BORTOLINI et al., 2014, p.13).

Por conseguinte, ao padronizar as diversas práticas existentes dentro desse espaço, seja na uniformização binária, nas falsas brincadeiras ou na reprovação velada,



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

ou não, do comportamento tido como incorreto por parte do corpo escolar, entende-se que as escolas corroboram com os papéis socioculturais estabelecidos para cada gênero.

Para Bortolini (2008), os educadores, não tratam as questões de gênero e sexualidade como problemas latentes e sim como algo que pode ser avaliado, discutido e resolvido quando forem realidades dentro das suas salas de aula, ou reivindicadas por algum aluno, não como questões que necessitam de atenção especial, ou esforços durante todo o ano letivo.

Ainda de acordo com Bortolini (2008), partindo dessas atitudes, pode-se compreender o grande número de transexuais e travestis que interrompem os estudos ou sequer começam a estudar, visto que, os discursos despreocupados por parte das escolas, a falta de preocupação com as demandas desses estudantes, onde os mesmos encontram barreiras para exercer direitos básicos dentro do ambiente escolar, uma vez que, ser transexual e travesti dentro do ambiente escolar não é só não reconhecido, mas também desnecessário.

Se ser transexual e travesti é algo desnecessário, se não é algo sério ou se eu não reconheço essa identidade, então, não faz sentido pensar no uso do banheiro

feminino, no nome social na chamada e em nenhuma reivindicação que venha nesse sentido (BORTOLINI, 2008, p. 16).

Além da violência que parte da escola e seu corpo docente, o ambiente escolar também é desagradável aos(as) transexuais e travestis pelas inúmeras agressões vindas dos outros alunos, sendo elas psicológicas e físicas, violações essas que partem como ferramenta de controle social, pois as pessoas trans são lidas como anormais por não se encaixarem nos padrões preestabelecidos, tornando a escola um ambiente de horror (CASSAL & BICALHO, 2011). E a principal consequência dessas violações é o abandono, levando a grande maioria das pessoas transexuais e travestis ao afastamento dos empregos formais, marginalizando e vulnerabilizando ainda mais esta parcela da população (SANTOS, 2012).

Diante do que foi exposto, compreende-se a necessidade da promoção de espaços de debates, questionando as verdades preestabelecidas acerca das identidades de gênero e sexualidade, discutindo a manutenção dos estereótipos construídos pela sociedade e os processos de distanciamento desses indivíduos e de adequação forçada aos padrões sociais. Discussões dentro da escola, acerca dessa



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

temática são de extrema importância, dado que essa instituição, quando não é instrumento de exclusão, influencia a formação da pluralidade no pensar e consequentemente na desconstrução de preconceitos de todo o corpo escolar (BICALHO, 2016).

De acordo com Silva e Paveltchuk (2014, p. 11):

Se há não muito tempo o debate sobre sexualidade na escola era restrito a questões biológicas e de saúde, hoje percebemos a necessidade de se incluir questões voltadas para a diversidade. Essa necessidade reflete questões sociais que emergem a partir da luta de diversos segmentos, passando a ampliar o conceito de sexualidade, incluindo diversas formas de expressão humana. Da mesma forma, a discussão sobre a construção sócio-histórica das identidades de gênero passa a habitar o espaço escolar, tornando-se disparadora de dúvidas e possibilidades de trabalho docente. Não se trata de dizer que somente agora a escola está permeada pela diversidade, e sim de que esse fator passa a ser objeto de análise do campo de estudo educacional.

A escola sozinha não é capaz de reverter anos de preconceito com as questões relativas a diversidade de gênero,

mas ela pode sim buscar práticas que privilegiem a todos no ambiente escolar.

Diante do que foi exposto, evidencia-se que a escola ainda é, majoritariamente, um ambiente hostil, que não se preocupa com a permanência das pessoas transexuais e travestis no ensino regular, posto que seja pela omissão diante das violações ou pela manutenção das práticas discriminatórias.

Compreendendo que um possível caminho para solucionar tal problemática é compreender e debater acerca desses discursos preconceituosos, para assim construir novas percepções e normas que respeitem, verdadeiramente, os direitos garantidos à todos os cidadãos brasileiros, mas que são negados as pessoas transexuais e travestis. A longo prazo ela pode desempenhar um importante papel na construção de uma nova cultura, que vão além do respeito as diferenças. Possibilizar que todas as vozes possam ecoar no espaço escolar.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, A. **Travestilidade e transexualidade: o reconhecimento jurídico das identidades sociais.** Revista Hispeci & Lema On-Line, Bebedouro SP, 7(1): 126-142, 2016. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivo/s/hispecielemaonline/sumario/45/25012017122055.pdf>> Acesso em: 08 de jun de 2018.

ARÁN, M. (2006). **A Transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero.** Agora Estudos em Teoria



psicanalítica, 9(1), 49-63. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_ar\\_text&pid=S151614982006000100004&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_ar_text&pid=S151614982006000100004&lng=pt&tlng=pt)> Acesso em: 20 de jun de 2018.

BENTO, B. (2011) **Na escola se aprende que se aprende que a diferença faz a diferença.** Estudos Feministas, 19(2), 548-559. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16>> Acesso em: 19 de jun de 2018.

BICALHO, P. P. G., GERALDINI, J. R., MAGALHAES, K. C. & CASSAL, L. B. (2012). **Os direitos sexuais e o enfrentamento da violência sexual.** Psicologia Clínica, 24(1), 33-43.

BORTOLINI, A. (2008). **Diversidade sexual na escola.** Rio de Janeiro: Pró reitoria de Extensão/UFRJ.

BORTOLINI, A., BICALHO, P. P. G., OS MOSTAFA, M., COLBERT, M., POLATO, R. & PINHEIRO, T. F. (2014). **Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Currículo e Prática Pedagógica.** Rio de Janeiro: Pró reitoria de Extensão/UFRJ.

CASSAL, L. C. B. & BICALHO, P. P. G. (2011). **“Não importa ser ou não ser, importa parecer”:** Pistas sobre violência homofóbica e educação. Em A. Bortolini (Org.). Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Educação, Cultura, Violência e Ética (pp. 78-93). Rio de Janeiro: PróReitoria de Extensão/UFRJ.

CASSAL, L. C. B., MONTEIRO, A. G. & BICALHO, P. P. G. (2011). **Psicologia e o dispôsitivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização.** Psico, 42(4), 465-473. Disponível em:  
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/8600/7451>> Acesso em 20 de jun de 2018.

JESUS, J. G. (2010). **Pessoas Transexuais Como Reconstructoras de Suas Identidades: reflexões sobre o direito ao gênero.** Em Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social:

diálogos interdisciplinares (p.80-89). Brasília, DF: Universidade de Brasília.

SANTOS, A. **Travestis, transexuais e a escola brasileira: A contemporaneidade em Ma Vie Em Rose.** Cristovão-SE, set.2012. Disponível em:  
<[http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo\\_14/PDF/5.pdf](http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo_14/PDF/5.pdf)>. Acesso em: 09 de jun de 2018.

SILVA, D. V. & PAVELTCHUCK, F. (2014). **Olhares atentos: sobre a escola e a heteronormatividade.** Em P. P. G. Bicalho, T. C., Cunha, M L. R. Cidade, & A. Assunção-Matos (Orgs.).